



**ACÓRDÃO Nº1411/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11736/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA Zona Sul.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Maria Aládia Tavares Jimenez (Ordenador de Despesa) e Luis Rogelio da Rocha Lozano.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2851/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA ZONA SUL. Exercício de 2020.

*Regularidade. Quitação. Multa. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "A", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas, do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul (SPA Zona Sul), **exercício 2020**, sob a responsabilidade do **Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano**, Ex-Diretor, do período de 01 de janeiro a 06 de agosto de 2020, e da **Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez**, Diretora, de 07 de agosto a 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 22, I, da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.2. **Dar quitação** quanto à **Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez**, com fulcro no art. 189, I, da Resolução nº 04/2002;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano**, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à Notificação nº 251/2022-DICAD (fls. 298/299), com AR positivo às fls. 300; bem como às notificações por Edital às



**ACÓRDÃO Nº1411/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

fls. 327/333, com fulcro no art.308, II, “A”, da Resolução nº 04/2002, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Dar ciência à Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.5. Dar ciência ao Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.6. Arquivar** o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

**11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023.



**ACÓRDÃO Nº1411/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral